



A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Bom dia a todos e a todas. Eu sou a Deputada Alice Portugal, uma das Vice-Presidentes da Comissão de Educação, e hoje vou conduzir esta reunião de audiência pública.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Educação, atendendo ao Requerimento nº 446, de 2018, de autoria do nosso Presidente, o Deputado Danilo Cabral, para discutir as mudanças dos critérios de proficiência em língua estrangeira do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior — PDSE.

Eu gostaria de justificar a ausência do Deputado Danilo Cabral, que é o Presidente da Comissão e o autor do requerimento. Em função dos problemas dos aeroportos, o de Recife é um dos aeroportos que não têm de fato querosene, e o Deputado teve um temor enorme de vir e não ter como voltar, porque os aviões só pousam em Brasília com querosene suficiente para o retorno ou a ida ao destino posterior em caso de conexão. Nesse sentido, o Deputado Danilo, assim como dezenas de outros, não pôde estar em Brasília esta semana, e eu tocarei esta nossa Mesa, esta nessa reunião.

Eu gostaria de chamar para compor a Mesa os nossos convidados: Tamara Naiz, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG, nossa parceira permanente aqui na Comissão de Educação (*palmas*), e por seu intermédio eu abraço a todos os pós-graduandos e pós-graduandas aqui presentes, nesta manhã difícil de greve de caminhoneiros no Brasil; e Dr. Abilio Afonso Baeta Neves, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (*palmas*), a quem agradeço enormemente a presença, porque estamos aqui com os dois principais interessados na questão.

Gostaria de justificar, e lamentar, a ausência do Sr. Mário Luiz Neves de Azevedo, Diretor Financeiro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — ANPED. Ele foi convidado, chegou a comparecer ao aeroporto ontem, mas, diante do cancelamento da reunião — esta reunião chegou a ser cancelada —, não embarcou. Quando a reunião foi reconvocada pelo Presidente



Danilo Cabral, não havia mais como remarcar o voo do Sr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Mas ele estará nos acompanhando em sala interativa. Então, eu agradeço ao Diretor Financeiro da ANPED e, evidentemente, peço desculpas pelos transtornos. A nossa assessora, a Secretária Eugenia, ficou realmente muito constrangida, porque teve que desmarcar a reunião em função de não saber se os demais viriam. Quando eu confirmei a vinda, a reunião foi reconvocada pelo Deputado Danilo Cabral. Por isso o Sr. Mário Luiz está ausente.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição, ou mesmo disponibilidade do vídeo da reunião. Por isso solicito a todos que forem usar da palavra que falem ao microfone.

Informo ainda que esta audiência é interativa. Ela está sendo transmitida ao vivo pela Internet, tendo sido aberto um *chat* para participação dos internautas, que poderão enviar suas perguntas aos palestrantes. A participação dos internautas — o *chat* já está aberto — pode ser feita pelo link <https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/>, pelo e-Democracia. Basta enviar as perguntas aos Deputados ou convidados. Lembro que os internautas podem votar nas perguntas. As que forem melhor ranqueadas serão apresentadas aos palestrantes.

Eu estou com várias perguntas aqui. Já temos 80 *on-line*, e nós vamos ranquear as que tiverem mais votos. O pessoal está ranqueando, os internautas, e nós vamos fazendo isso para que não fique uma coisa muito enfadonha. Depois, as outras eu vou passar para os nossos convidados responderem *on-line* àqueles interessados e aos que estão fazendo as perguntas.

Antes de iniciar os trabalhos, eu queria, Eugenia, que você me desse o requerimento em si para que eu leia a justificativa do nosso querido Deputado Danilo Cabral.

O requerimento tem a seguinte justificativa:

A audiência pública é solicitada "à medida que abre a possibilidade de diálogo entre as novas políticas de internacionalização da CAPES e a comunidade



acadêmica no que se refere ao Edital nº 047, de 2017, que trata do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, que incorpora o insólito — segundo o requerente — requisito de exigir proficiência em língua inglesa para candidatos que postulam bolsas para estágio, inclusive em países como Portugal. Tal exigência não ocorreu nos editais do PDSE referentes aos anos anteriores, até 2016, e a comunidade acadêmica foi surpreendida com os escores exigidos no edital de 2017."

Então, ele lista os escores e diz que os índices referentes à língua inglesa são superiores aos solicitados pelas instituições internacionais. *"Um dos exemplos é o Programa Fulbright de bolsas de estudo patrocinado pelo Bureau of Educational and Cultural Affairs, do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, que cobra proficiência em inglês comprovada."* Mais uma vez, ele coloca os escores. *"Um grupo de 880 doutorandos que escreveram e assinaram um abaixo-assinado para a CAPES sobre os problemas do edital do doutorado sanduíche reivindica que o escore solicitado seja B1, tal como exigido para o alemão, pois essa mudança atenderia um número maior de estudantes e, conseqüentemente, a experiência de estágio no exterior, de no mínimo 6 meses e no máximo 12 meses, conforme edital. Tornaria, assim, possível o nível B2. A realidade da pós-graduação brasileira mudou. Somos um grupo heterogêneo, de classes sociais que não foram privilegiadas com uma educação de elite, pois estudamos e trabalhamos para superar diferenças."*

Assina o Deputado Danilo Cabral.

Eu quero subscrever este requerimento. Nós temos tido nesta Comissão uma abertura enorme para discutir as políticas de pós-graduação no Brasil. Conseguimos fazer um amplo debate sobre a cobrança nas universidades, como pretendiam o Governo Federal e o autor de determinada matéria debatida aos estertores no ano passado. Ficou a possibilidade de especialização e pós-graduação *lato sensu*, com cobrança e garantia da autonomia universitária nesse sentido; e o *stricto sensu*, nas universidades públicas, de maneira integralmente pública e gratuita. Foi uma grande luta, e eu parablenzo a ANPG, na pessoa de



Tamara, e, evidentemente, os órgãos que tiveram também abertura para esse debate.

Vamos, portanto, iniciar o debate. Cada expositor terá o prazo de 15 minutos para sua exposição, não podendo ser apartado nesse período. O debate será aberto e, ao final da última fala, as perguntas deverão se restringir ao assunto da exposição.

Informo que a lista de inscrição para os debates se encontra sobre nossa mesa de apoio.

Os Deputados que chegarem terão prioridade, mas eu abrirei, é claro, perguntas para a nossa plateia.

Concedo a palavra ao Sr. Abilio Afonso Baeta Neves, por 15 minutos.

Obrigada pela presença.

O SR. ABILIO AFONSO BAETA NEVES - Bom dia a todos e a todas.

Muito obrigado pelo convite, Sra. Deputada.

É uma oportunidade sempre importante poder dialogar com os estudantes, com os beneficiários dos programas de fomento da CAPES. Temos feito isso insistentemente, e sempre que lançamos alguma iniciativa nova, ou quando alteramos algum procedimento tradicional da CAPES nos programas vigentes ou em implantação, nós buscamos o diálogo, buscamos conversar com todos os interlocutores principais.

Com relação ao tema da audiência, eu queria, em primeiro lugar, registrar que a introdução ou a explicitação de exigência de proficiência de língua para bolsistas no exterior é uma decisão que se baseia no reconhecimento pela CAPES da importância de depoimentos que temos colhido com relação ao desempenho dos nossos bolsistas no exterior. De diferentes países, com diferentes interlocutores, agências coirmãs de fomento, universidades, nós temos colhido depoimentos que nos dão conta de que é preciso que os estudantes brasileiros, os pós-graduandos brasileiros, apresentem proficiência melhor, para que possam melhor aproveitar o seu estágio no exterior, sob pena de esse estágio, esse investimento que o povo



brasileiro faz na formação desses jovens em todos os países do exterior, fique limitado a condições que são muito aquém daquilo que é a expectativa que se tem em relação às instituições brasileiras, à agência de fomento e aos próprios estudantes. É muito frustrante para um estudante no exterior não poder acompanhar direito o trabalho que ele mesmo precisa desenvolver, ou também não poder aproveitar as oportunidades que ele tem, por exemplo, na hora de produzir trabalhos científicos, de discutir a produção resultante da sua própria experiência e do seu estágio, e assim por diante. Esta é a motivação fundamental.

Os escores definidos são escores aceitos notadamente pelas principais universidades e pelas principais agências internacionais. Não existe discordância com relação à exigência que a CAPES faz em língua inglesa da que a Fulbright faz. Se houver, eu desde logo aviso que nós aceitamos a exigência da Fulbright, mas não existe diferença. Há um pequeno engano com relação a essa afirmação.

Então, vejam, os escores não foram arbitrariamente definidos pela CAPES. São escores que nos chegam como referências fundamentais afirmadas e reafirmadas por instituições de fomento, por instituições responsáveis pela acreditação e verificação do desempenho e da proficiência em língua estrangeira de diferentes países com quem o Brasil prioritariamente tem cooperação.

Em terceiro lugar, eu gostaria de dizer que a introdução desta exigência não foi uma surpresa, como eventualmente pode parecer. Não foi de última hora. É preciso entender que a CAPES tem dois interlocutores fundamentais na pós-graduação: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação — FOPROP e a Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação estava ciente de que a mudança ocorreria desde meados do ano passado. A ANPG também estava ciente pelo menos desde o segundo semestre do ano passado.

Essa mudança se consolidou. No *site* da CAPES, o anúncio dessa exigência que viria no próximo edital está desde agosto de 2017. Portanto, foi um anúncio feito com bastante antecedência. Quando apareceu no edital, o mencionado na



convocação desta audiência, em dezembro de 2017, era amplamente conhecido que essa exigência passaria a constar do novo programa bolsa sanduíche no exterior.

O quarto ponto importante é que essa informação era de conhecimento das universidades. Eu acho estranho que não tenha sido convocado para esta audiência o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, porque este programa da CAPES, especificamente, é um programa institucional. Não é a CAPES que dá a bolsa. A CAPES distribui as cotas e as universidades selecionam os bolsistas, nos informam e homologam os bolsistas.

O edital estipulou prazo, as universidades fizeram as suas seleções e, em final de abril, fizeram a homologação dos nomes que se habilitam ao programa indicado pelas universidades.

Nós temos agora mais de 3 mil estudantes homologados, de acordo com o edital, que estão seguindo as exigências do edital. O número deve chegar a 3.500, o que é muito alto.

Se a Deputada me permite uma comparação, no auge do programa Ciência sem Fronteiras, no componente bolsas de doutorado sanduíche no exterior, o número de bolsistas atendidos em todo o tempo do programa, foi igual a 4.400 bolsas. A CAPES atendeu, em 2017, 4.500 bolsas. Neste ano estamos atendemos cerca de 4 mil bolsas. Esse programa não foi diminuído, pelo contrário. O edital foi atendido em suas exigências, era de conhecimento prévio.

As instituições, em momento algum, manifestaram preocupação com relação à homologação dos nomes que propuseram. Os nomes que foram homologados, ainda de acordo com o edital, têm tempo suficiente para apresentar proficiência. Eles têm que apresentar proficiência até 2 meses antes da saída.

Sempre há casos sobre os quais podemos discutir, e sempre estamos dispostos a discutir. Eu só quero chamar a atenção, com esses 4 pontos que eu registrei aqui, que este é um processo que não pegou pessoa alguma de surpresa; que é uma exigência que responde pelo princípio fundamental de valorizar a



experiência de nossos estudantes no exterior, oferecendo-lhes melhores oportunidades para o pleno exercício da sua vocação como pesquisadores; e, em terceiro lugar, valorizar o investimento que é feito, que, afinal de contas, é um recurso público de volume expressivo.

Em princípio essas eram as observações que eu queria fazer.

Fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Muito obrigada, Dr. Abilio Afonso Baeta.

Passo a palavra à Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG, Tamara Naiz.

A SRA. TAMARA NAIZ - Bom dia, Deputada Alice Portugal, Professor Abilio, todas as pessoas que nos acompanham aqui e *on-line*. Nós estamos transmitindo também pela página da ANPG esta audiência.

Agradeço-lhes pela realização desta audiência pública que trata de um tema que parece tão específico, mas que impacta uma rede de recursos humanos altamente qualificados, que sustenta a nossa produção científica.

Eu sou a Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG, entidade que representa cerca de 300 mil estudantes de mestrado e doutorado em nosso País, mais de 3 milhões de estudantes de MBA, especializações, residências. Nós temos procurado debater junto com o Congresso Nacional diversas pautas que são de interesse nosso, que são sobre os nossos direitos, mas que não são pautas meramente corporativas, já que 90% da pesquisa praticada em nosso País é feita no âmbito da pós-graduação. Então isso interfere diretamente em nosso desenvolvimento científico.

O Edital nº 47, de 2017, da CAPES, é um edital de seleção de candidaturas ao programa de doutorado sanduíche no exterior, um programa que concede bolsas de 6 a 12 meses para doutorandos do Brasil fazerem parte de seu curso fora do País, em universidades que possam impulsionar as pesquisas que estamos realizando aqui.



Quero apresentar aqui um conjunto de críticas a esse edital, discutidas com pós-graduandos que se candidataram em resposta a esse edital e também com a diretoria da ANPG.

Esse edital traz importantes mudanças que impactam negativamente na possibilidade de participação dos pós-graduandos brasileiros. Vou apresentar algumas delas.

A primeira mudança negativa, Prof. Abilio, é que nós acreditamos que essas mudanças aconteceram sem ampla discussão com a comunidade e também sem tempo para a adaptação. Há uma inédita obrigatoriedade dos exames oficiais internacionais. A CAPES nunca tinha exigido antes esses exames oficiais internacionais. No edital PDSE que vale para este ano, isso foi uma surpresa. É uma decisão tomada pela CAPES que, na verdade, a maioria dos programas tem apresentado, que foi feita sem aviso prévio e sem tempo para a adaptação. Nós, pós-graduandos, sentimos isso na pele. Isso foi exigido pela CAPES sem a devida discussão com a comunidade.

Sabemos que a CAPES está fazendo um esforço de internacionalização, mas não sabíamos que medidas apareceriam nesse edital. Tão logo ele foi publicado, tão logo os pós-graduando se sentiram lesados, nós apresentamos à CAPES essas problemáticas.

Compreendemos esse esforço de internacionalização, de ampliação e de qualificação do nível das nossas universidades, dos nossos programas, das nossas pesquisas, mas acho que precisamos andar a passos e não com pulos, porque às vezes, com pulos, nós caímos no meio do caminho, ainda mais no contexto de precarização e de perspectivas turvas que a ciência brasileira vem atravessando. Muitos pós-graduandos veem nesse edital uma oportunidade, uma oportunidade, inclusive, que nós não estamos enxergando aqui no nosso País, de abrir portas para nós desenvolvermos as nossas pesquisas.

O que nós queremos dizer, em primeiro lugar, é que é necessário um período de transição. Qualquer mudança de regulação que acontece na sociedade passa



por uma fase de adaptação. As instituições de ensino superior, os programas e, principalmente, os pós-graduandos têm o direito de se preparar para essa exigência, de se adaptar a essa nova realidade que foi anunciada, mas que deveria ter sido anunciada com antecedência, com diálogo. A falta de prazo fez, inclusive, com que muitos pós-graduandos fossem induzidos ao erro, já que os próprios programas não sabiam orientar de fato em relação ao que era necessário.

A segunda crítica que nós queremos fazer em relação a essas mudanças é sobre a exigência da aprovação em testes. A primeira crítica foi a falta de tempo para adaptação e também de diálogo nas mudanças que seriam que seriam implementadas; a segunda crítica é a exigência da aprovação em testes oficiais internacionais, que são testes excludentes pela sua natureza específica de excessiva preparação. São testes caros, com calendários exíguos e validade de duração curta. A maioria dos programas de doutorado aqui no País já exige, para a entrada no programa, a proficiência em dois idiomas. Faz-se uma seleção de dois idiomas estrangeiros e, na maioria das universidades, inclusive, esses testes são feitos pelos próprios centros de línguas. Porém, a CAPES não aceita a validação desses institutos de línguas das universidades. Antes, a CAPES aceitava uma carta do orientador estrangeiro atestando a proficiência. Agora, a CAPES não aceita a proficiência das universidades e também não aceita mais a do orientador estrangeiro, e estabeleceu os testes internacionais, que são uma verdadeira prova de resistência, para os quais se exige um treinamento e uma preparação, porque são muito específicos. É comum que mesmo pessoas que têm domínio daquela língua estrangeira tenham dificuldade de fazer esses testes.

Os testes não são direcionados para as nossas áreas de pesquisa, o que os torna mais difíceis ainda. Eles têm elementos de gramática e até elementos que cobram, por exemplo, quesitos da história, da economia dos Estados Unidos, de costumes que não têm nada a ver com o que vamos pesquisar lá. Então, temos que fazer testes com um conjunto de domínios que não são direcionados para a área de pesquisa, como os que geralmente fazemos aqui no Brasil.



São testes muito caros também. A prova do TOEFL IBT custa 880 reais, e a prova do TOEFL ITP custa 380 reais. Como são testes muito específicos, eles necessitam de um treinamento, e o treinamento para esses testes também é muito caro. Para o ITP, cuja prova custa 380 reais, um curso preparatório de 32 horas custa 1,2 mil reais. Então, esses testes também impõem limites socioeconômicos.

Eles têm um calendário exíguo, não são de fácil acesso, não acontecem em todos os locais do Brasil, não acontecem em todas as universidades, não acontecem sempre, então são testes que de fato limitam a participação da maior parte dos estudantes. E eles têm uma validade de 2 anos. Há testes que a CAPES está aceitando para outros idiomas que têm validade de 1 ano.

Por exemplo, se você entra num doutorado aprovado num teste, no meio do doutorado você tem que fazer outro teste para poder pleitear a bolsa. Isso também é uma coisa ruim. Dificilmente uma pessoa desaprende uma língua em 2 anos, mas, no curso de um doutorado você teria que fazer duas vezes esse teste. Lembro que a bolsa do doutorando é de 2.200 reais. Se você vai fazer uma prova e um curso preparatório, a sua bolsa inteira já foi. Se você não passar naquela prova, terá que encontrar outro lugar onde fazer, inscrever-se, tentar estudar de novo, e não houve tempo hábil para isso.

Temos relato de caso, por exemplo, em que a pessoa quis tentar francês, e só haveria prova em março, no dia 20. Não haveria tempo de receber o resultado no prazo que a CAPES exigia, que eram 60 dias de antecedência para a entrega da prova de proficiência. Então, em muitos casos o pós-graduando não teve tempo hábil de fazer a prova. Não só de fazer e passar, mas de fazer e receber o resultado.

Eu tenho uma tabelinha que eu posso apresentar daqui a pouco. Eu vou continuar aqui as críticas, depois eu volto à tabela.

A terceira crítica que eu vou apresentar é a cobrança de inglês para os países de língua portuguesa. A exigência da mesma proficiência mínima para os países destino de língua inglesa como para os de língua portuguesa nós consideramos que seja um exagero, porque a escolha de realizar um doutorado sanduíche num país



lusófono é norteadada pelo perfil da instituição que recebe, do coorientador, do grupo de pesquisa, e não por mera facilidade linguística. Não podemos esquecer que só os cursos de nota 4 para cima podem mandar pós-graduandos com bolsa para o exterior. Então, são cursos com notas 4, 5, 6 e 7, que são considerados cursos melhores. Essas pessoas, em geral, estão fazendo isso e é importante para o programa, para a avaliação do programa. Elas não estão indo para Portugal, para Moçambique ou para ou outro país de língua portuguesa só porque é fácil, porque lá se fala português. Não é por isso. É porque há uma conexão com as pesquisas realizadas aqui. Então, exigir uma proficiência altíssima em inglês para quem vai para Portugal, para quem vai para Moçambique, para quem vai para outros países de língua portuguesa inclusive atrapalha o desenvolvimento dessas pesquisas que nós queremos realizar. Impõe-se um critério extra para quem vai para Portugal, porque a todos os outros países você tem que ir com a proficiência do idioma do país de destino, e quem vai para países de língua portuguesa tem que ir com a proficiência do país de destino e do inglês. Então, coloca-se um requisito a mais para quem vai para países de língua portuguesa, criando-se condições desiguais de domínio de duas línguas.

A quarta crítica que eu quero apresentar é sobre a questão do nível alto de escore, inclusive acima do exigido pelas agências dos próprios países de destino, o que é um dificultador. A CAPES está cobrando uma proficiência maior do que a cobrada pela Comunidade Europeia, do que a cobrada pelos Estados Unidos, então, nós estamos cobrando uma proficiência maior do que a cobrada pelos países destino de quem vai para lá. Os escores mínimos de pontuação estão muito acima do que é necessário para o bom aproveitamento dos estudos no exterior.

É importante ressaltar que a proficiência é a última etapa do edital, e isso traz uma preocupação a mais para nós. A CAPES vai dar uma bolsa de 12 meses ou duas bolsas de 6 meses para cada programa a partir de nota 4 que tiver pessoas aprovadas. Só que a proficiência é a última etapa. Depois que o pós-graduando passou por todo o processo na universidade e teve o seu programa aprovado, ele



pode ainda não receber a bolsa, porque ele precisa ter a proficiência. Uma preocupação extra: se as pessoas não comprovarem a proficiência, a CAPES vai deixar de conceder essas bolsas? Essa é a última etapa. As pessoas que foram aprovadas são essas pessoas que estão agora com esse problema da proficiência. Então, a CAPES pode ter a maior parte dessas bolsas não concedida, porque essas pessoas não passaram na proficiência. Com essa nova e alta cobrança da CAPES, não deu tempo para as pessoas se prepararem. Essas bolsas não serão preenchidas? Eu acho que também não está claro que mecanismos a CAPES usou para elevar tão rápido, de um edital para o outro, o nível desse escore.

A última crítica que eu quero apresentar é a supressão da possibilidade de apresentação da declaração do orientador estrangeiro, atestando a comunicação e a possibilidade de realizar as atividades que são programadas naquele idioma. Até o edital anterior, a CAPES aceitava que o coorientador, no outro país, mandasse uma carta dizendo que há comunicação, que a pessoa tem proficiência, que consegue se comunicar e desempenhar todas as atividades que estão programadas. Isso era comum. Nesse edital, isso foi mudado sem discussão.

É muito comum, na verdade, que os candidatos já conheçam os seus orientadores no exterior, porque participamos dos mesmos grupos de pesquisa. Os programas têm relação, as universidades têm relação. Por isso, era natural que a CAPES aceitasse uma carta. Esses pós-graduandos já estão fazendo pesquisa em parceria com essas universidades muitas vezes. Então, isso é plenamente justificável, porque já havia um vínculo antes, já havia comunicação antes. O CNPq, por exemplo, continua aceitando a carta do orientador atestando a proficiência. Também é importante lembrar que o pós-graduando vai para o exterior não para assistir aulas, não para sentar num banco de universidade. Ele vai lá para estar num laboratório, para estar nos grupos de pesquisa. Então, ele precisa ter proficiência para o tipo de trabalho que vai fazer lá.

Acreditamos que essas mudanças no nível de proficiência têm impacto muito forte e limitam ainda mais a possibilidade de acesso dos pós-graduandos à



oportunidade de estudar no exterior. Nós sabemos que essas bolsas têm diminuído drasticamente nos últimos anos. Então, já temos muito menos chance de ir para o exterior agora, e este edital traz mudanças altamente impactantes e pesadas, estabelecendo um recorte social que deixa à margem os pós-graduando de origem pobre, que não conseguem se preparar para os exames, porque são caros e exíguos, e eles não tiveram oportunidade de estudar uma língua estrangeira anteriormente.

Para finalizar, é preciso dizer que a pós-graduação reflete de maneira muito acentuada as desigualdades que existem na sociedade: entre homens e mulheres; entre pobres e ricos; entre brancos e não brancos. As medidas afirmativas estão chegando agora à pós-graduação, de modo que falta muito ainda para promovermos a equidade de condições a fim de se pleitear uma bolsa desse tipo na pós-graduação.

Então, nós queremos apresentar para a CAPES rapidamente as nossas reivindicações. Primeiro, que a CAPES reduza o escore mínimo para todos os idiomas de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas — no nível B1, o estudante já é considerado intermediário; segundo, o fim da exigência da proficiência em língua inglesa para os países lusófonos; terceiro, a aceitação de declaração do orientador estrangeiro, atestando a proficiência para atividades nesse edital. Quarto, o aumento do prazo para o envio de comprovação de proficiência pela CAPES. Quinto, a reabertura do edital para o preenchimento das cotas de bolsas não utilizadas.

Eu não sei se o Prof. Abilio tem o número de bolsas que serão concedidas. Nós estimávamos que seriam cerca de 400 bolsas. Nós temos neste eslaide 383 pós-graduandos pleiteantes de bolsas que ainda não passaram no exame de proficiência. Essas pessoas fizeram autodeclaração. Se forem 400 bolsas, quase ninguém tem aprovação no exame de proficiência para poder ir!

Aqui estão as notas médias, a exigência atual da CAPES e a porcentagem do valor da bolsa que elas gastaram para se preparar.



Por fim, nós sabemos que a pós-graduação e os pós-graduandos são o cerne da nossa produção científica. Sem a pós-graduação, não há educação de qualidade, não há pesquisa, não há ciência, não há solução para os nossos problemas. Isso coloca a necessidade de que a pós-graduação se comprometa mais com os desafios do desenvolvimento do nosso País, com a promoção de oportunidades e de equidade.

Era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Tamara Naiz.

Eu gostaria de registrar que passou por nossa Comissão o Deputado Onyx Lorenzoni e que estão presentes entre nós o Deputado Pedro Uczai e o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Ambos fizeram inscrição. Vou passar a palavra inicialmente para os dois. Depois, eu vou ler algumas perguntas bem ranqueadas e vou permitir, pelo menos, até cinco intervenções rápidas de 3 minutos, porque podemos ser surpreendidos, a qualquer momento, com o chamado do Plenário. Possivelmente a Comissão de Educação não se reunirá em função da audiência na Comissão Geral que será instalada na Casa para discutir a política de combustíveis no Brasil.

Então, eu vou passar a palavra ao nosso querido Deputado catarinense Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Obrigado, Deputada Alice Portugal, que, neste momento, preside esta audiência pública nesta Comissão.

Quero cumprimentar o representante da CAPES e a representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Eu só quero referendar um pouco a preocupação que a Tamara apresentou. Profissionais lá de Santa Catarina nos trouxeram uma preocupação também. Eles manifestaram o desejo, a vontade de conseguir essa bolsa para fazer um doutorado sanduíche no exterior, principalmente em Portugal, aí veio o questionamento e a preocupação com os critérios que a CAPES adotou, quase inviabilizando a possibilidade de eles participarem desse processo.



Eu acho que a preocupação da CAPES de cada vez mais melhorar a relação com a língua dos países que abrigam os estudantes não é de todo equivocada. O problema é o prazo e a quem se destina, com a desconsideração da própria realidade dos estudantes brasileiros. Eu vejo que, se determinado estudo, se determinada pesquisa não tem a língua como elemento central — se a pessoa vai fazer o doutorado sanduíche em Letras-Inglês, Letras-Francês, Letras-Chinês, Letras-Alemão, por exemplo, é evidente que o grau de exigência tem que ser outro —, se a pessoa está fazendo uma pesquisa em economia, em agricultura, qual é o grau de interferência da língua nesse tipo de pesquisa e de estudo? No momento atual, não é a gramática que determina a qualidade de um estudante. Às vezes, nem em português nós compreendemos toda a gramática. E qual é o capital cultural que nós temos para esse grau de exigência?

Esse tipo de exigência passa a ideia de que é para não mandar estudantes para o exterior. Já acabaram com o programa Ciência sem Fronteiras, sobre o qual eu tive depoimentos de estudantes no sentido de que era uma experiência extraordinária, e agora criam limitadores que efetivamente vão negar a possibilidade de participação de estudantes pós-graduandos em outros países, para essa troca de experiências riquíssima.

Eu sou extremamente simpático ao programa Ciência sem Fronteiras e sou simpático a esse programa. Quero manifestar a mesma preocupação com essa questão do score, com essa exigência que está colocada na pauta apresentada pela representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Com essa manifestação, eu quero, primeiro, registrar minha solidariedade aos estudantes e à Associação Nacional de Pós-Graduandos, que trazem na pauta essa preocupação, e, segundo, concordar com a necessidade de a CAPES revisar esse edital, diminuir o nível de exigências, senão vamos ser mais realistas que o rei, porque os próprios países que acolhem o professor não têm grau de exigência com esse critério definido pela CAPES. E, efetivamente, a CAPES tem que facilitar isso e compreender as condições desiguais do País.



Muitos não tiveram a língua estrangeira como prática diária no ensino fundamental e no ensino médio nas nossas escolas públicas. Uma coisa é quem fez escola particular. Lá em Chapecó há uma escola trilingue, mas o estudante tem que pagar 2.500 ou 3 mil reais por mês no ensino médio. Esse não é o normal do povo brasileiro. O povo brasileiro fez escola pública, universidade, não tendo a língua estrangeira como prioridade.

Se queremos que mais jovens que fizeram graduação e estão fazendo pós-graduação — mestrado, doutorado —, com muito esforço, inclusive econômico, aproveitem essa oportunidade que se abriu no Brasil, a questão da proficiência na língua estrangeira, com esse tipo de exigência da CAPES, não significa a eliminação da possibilidade de se ir para o estrangeiro, mas promove a elitização dessa possibilidade. São aqueles da elite brasileira, que tiveram outro berço e outro lugar social, outro capital cultural ao longo da trajetória escolar, que vão acessar esse tipo de oportunidade.

Então, manifesto a necessidade de a CAPES revisar esses critérios. Esse é o pedido que faço, Deputada Alice Portugal, que preside esta audiência pública. A Comissão e os Deputados também manifestam a posição apresentada na pauta de reivindicações da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Deputado Pedro Uczai.

Vou passar a palavra imediatamente ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, fazendo a proposta de ouvir todos em um bloco só.

Acredito que isso será interessante, inclusive para agilizarmos a reunião.

Tem a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) - Quero cumprimentar a Deputada Alice Portugal por esta audiência pública oportuna e importante. Para economia de tempo, eu acolho o que foi dito aqui pelo Deputado Pedro Uczai. Quero fazer minhas as palavras que S.Exa. pronunciou e manifestar minha solidariedade a todos os pós-graduandos que estão buscando aprimorar o conhecimento no



exterior e fortalecer a expressão mais pura de cidadania e as relações com países do mundo inteiro.

Em relação à palavra da Tamara, quero apoiar a ideia de que os coorientadores precisam ter papel importante no processo de definição dos nossos pós-graduandos que estão buscando conhecimento lá fora. Quero também apelar para uma questão que é fundamental: se educação é a ação mais importante na construção de um Estado verdadeiramente soberano e próspero, que não estabeleçamos mecanismos para dificultar o processo do conhecimento. A presença do Brasil lá fora, a abertura das fronteiras brasileiras para que nossos estudantes estejam em diferentes lugares do mundo certamente é um fator importante para fortalecer as nossas relações com o mundo inteiro, é a globalização no sentido mais efetivo e mais significativo de integração dos povos.

Então, eu quero aqui registrar a minha solidariedade à luta dos pós-graduandos e defender que não estabeleçamos mecanismos que criam óbices, que criam dificuldades para que nossos estudantes cumpram esse papel tão relevante no exterior. Eu estou aqui para manifestar minha solidariedade a essa luta.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, eu gostaria de ler a pergunta que foi tirada agora do portal e-Democracia, onde 1.156 pessoas estão assistindo à reunião *on-line*. Houve 58 votos para a seguinte pergunta: "*Caso o candidato tenha sido aprovado nos processos seletivos das universidades do exterior, sendo aceito não só pelo orientador, mas pela instituição também, ele não poderá ir por causa da proficiência que a CAPES está exigindo? Caso o candidato não possa ir, qual é o posicionamento da CAPES?*"

Passo a palavra, por 3 minutos, para Ângela Teberga, a primeira inscrita.

A SRA. ÂNGELA - Bom dia a todos os presentes.

Eu sou da universidade de Caxias do Sul e dirijo minha pergunta agora ao Prof. Dr. Abilio. A minha fala aqui representa todos os que estão pleiteando o



doutorado sanduíche para Portugal, que é uma questão específica, em função da língua. Algumas questões que o Prof. Abilio colocou e outras também que a Tamara colocou eu vou ratificar para incluir na minha pergunta.

A primeira questão, Prof. Abilio, é que o Ofício-Circular nº 1, de 2017, feito pela DRI, notificando as universidades de que o próximo edital incluiria, então, a questão da proficiência, não fez menção especificamente à exigência da língua inglesa, não só para Portugal, mas também para os países lusófonos, como é o caso de Moçambique, com os escores a serem exigidos, que são iguais aos de países que falam a língua inglesa. Nós entendemos, claro, a necessidade da proficiência, embora precisemos, sim, diferenciar a questão dos países lusófonos dos outros países que utilizam outras línguas, em função da utilização da língua nesses países.

Eu falo exatamente pela minha experiência. Eu estarei numa universidade — se for possível, se eu conseguir essa bolsa — em que as aulas não serão em inglês. E eu não terei aulas, porque o meu projeto terá duração de 6 meses, e eu só farei pesquisa, numa instituição que utiliza a língua portuguesa. Além disso, eu tenho aqui coletadas mais de 70 cartas de coorientadores. Eu fiz aqui todas as impressões de 70 cartas de coorientadores de universidades portuguesas que atestam que o orientando daqui do Brasil tem a proficiência mínima exigida para conseguir desenvolver suas pesquisas em Portugal.

Eu sei que o meu tempo acabou, mas queria só falar sobre a questão da bolsa Fulbright. Eu estou com a página aberta aqui no celular, e, de fato, para o TOEFL ITP, a exigência mínima de escore é 527, e não 550, que é a exigência da CAPES. Além disso, o CNPq também, como a Tamara já colocou, não faz a exigência da proficiência.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Ângela.

A segunda pergunta com alto escore é a seguinte: *"Dado que outras instituições internacionais exigem valor inferior dos testes de proficiência (exemplo do Fulbright), quais os critérios para a elaboração dessa nota de corte? Por que se utilizou um valor fixo e não uma faixa de proficiência (exemplo B1)?"*



Passo a palavra para o segundo inscrito, que é a Aline Silva. A senhora tem 3 minutos.

A SRA. ALINE - Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Aline, você é de onde?

A SRA. ALINE - Eu sou Aline Silva, doutoranda da Universidade de Brasília. Eu sou mestre em saúde pública pela FIOCRUZ, sou servidora do Ministério da Saúde, onde, inclusive, trabalho na assessoria internacional.

Eu queria fazer o meu relato pessoal, que, assim como os dados mostrados na tabela da Tamara, é sobre a vida real. As pessoas colocaram na tabela quanto elas já atingiram, quantos testes já fizeram, quanto já gastaram. Os meus dados não estão naquela tabela porque eu queria muito poder fazer o meu relato aqui.

Eu trabalho no Ministério da Saúde desde 2009 com avaliação de tecnologias em saúde. Eu trabalho com evidências científicas. Eu leio trabalhos em inglês desde 2009, logo que me formei. Eu comecei a estudar inglês a partir dos 10 anos de idade. Eu estudei no Colégio Militar. Como o Deputado falou aqui, a maioria das pessoas no Brasil estudou em colégio público e não teve acesso a línguas. Eu estudei no Colégio Militar e era uma das melhores alunas em inglês. Eu já fui professora voluntária, em 2015, no projeto Inglês na Estrutural, que acontece aqui no Coletivo da Cidade. Eu apresento trabalhos na língua inglesa desde 2008. No primeiro congresso internacional do qual participei, na Dinamarca, eu apresentei trabalhos, inclusive orais, além de painéis e *workshops*, em diversos países diferentes. Já fui a Dublin, na Irlanda; a Bilbao; a Washington; a Roma; e, amanhã, embarcarei para Vancouver para apresentar um painel, um *poster* e participar de um *workshop* em inglês. Eu me formei em inglês no UnB Idiomas em 2016. Mesmo assim, Dr. Abílio, eu fiz dois testes de TOEFL ITP. A minha primeira nota foi 530, e a minha segunda foi 537. Segundo o Fulbright, eu estaria o.k. Para entrar no doutorado sanduíche, eu tive que apresentar proficiência. Está aqui a minha proficiência: *high intermediate*. Ou seja, é o nível intermediário alto, segundo o teste de proficiência que fiz para ingressar no doutorado.



Então, minha pergunta é: será que esses testes realmente comprovam que falamos inglês, que conseguimos nos comunicar e fazer pesquisa em inglês? Será que isso é justo? Eu estou me sentindo bastante frustrada com isso. Eu deixo aqui o meu relato, porque eu acho que outras pessoas também se encontram nessa mesma situação. Nós temos uma tabela com quase 400 alunos que ainda não atingiram essa pontuação, e não estão ali todos os alunos que não atingiram. O meu dado não está ali. Eu só queria deixar esse registro.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Muito bem. Obrigada.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Prof. Gedeão Amorim, do MDB do Amazonas, Deputado da Comissão de Educação.

Vou ler a terceira pergunta, que nos foi enviada por rocha.rodrigues Felipe e obteve 39 votos: *"Uma argumentação da CAPES é que as universidades do exterior solicitaram níveis de proficiência altos, chegando a essa exigência do edital. Existem documentos oficiais das instituições do exterior solicitando esses níveis de proficiência? Se sim, de quais instituições?"*

Vamos ao terceiro inscrito, mais uma mulher: Roberta Fernandes. De onde você é, Roberta?

A SRA. ROBERTA - Bom dia. Meu nome é Roberta. Eu sou socióloga. Sou mestre em Ciências Sociais pela PUC de Minas Gerais e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC Minas. E muito me honra estar neste Plenário Prof. Florestan Fernandes, que foi um dos maiores pesquisadores do pensamento social brasileiro.

Bom, eu tenho algumas pontuações a fazer. A primeira delas é referente à questão da disparidade entre os editais de 2016 e os anteriores. Nos pregressos não se tinha que comprovar esse exame de proficiência com diploma. A CAPES deixava bem claro isso nos editais. Era um exame de proficiência de maneira bem ampla ou a carta do coorientador. E aí eu digo o seguinte: nós tivemos a ciência desse edital de 2017 no dia 11 de dezembro de 2017, mas sem a perspectiva real. Havia só uma possibilidade, dado que as instituições de ensino superior brasileiras fariam essa seleção. Então, somente em fevereiro que nós, de fato, tivemos a



possibilidade de correr atrás dos exames de proficiência. Portanto, eu quero comparar essa disparidade dos progressos com os futuros bolsistas PDSE, que, a partir do edital deste ano, 2018, já estão cientes desde março — isso está em vermelho no *site* oficial da CAPES, na parte superior — que, a partir do próximo edital, eles terão que apresentar o exame de proficiência no ato da inscrição. Então, nós ficamos aí nesse limbo sem tempo hábil para que possamos, de fato, conseguir o diploma de proficiência.

Outra questão. No nosso caso — eu estou representando os estudantes que estão indo para países da língua espanhola —, o exame de proficiência exigido é somente o DELE — Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira, que tem calendário único no mundo. Neste primeiro semestre, ele acontecerá em abril e maio. Somente em São Paulo haverá um em junho, e o resultado demora 90 dias para sair. Por exemplo, no meu caso, que irei em agosto, não vai dar tempo.

Por fim, eu gostaria de ressaltar que Florestan Fernandes já falava que um dos maiores problemas sociais do Brasil é a questão de renda, que impacta na questão racial. Também quando o Deputado fala da questão do capital social e do capital cultural, sabemos que o capital social influencia, sim, no capital cultural.

Então, eu queria colocar essas questões, para termos uma resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Muito obrigada, Roberta.

A quarta pergunta dos internautas vem de Suzi Almeida e tem 35 votos: *"Como a CAPES avalia o fato de 383 pós-graduandos não terem alcançado o nível de proficiência B2 em testes muitos específicos, mas já conhecerem e estabelecerem vínculo com os seus coorientadores estrangeiros através de projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria do Brasil com o exterior?"*

E aproveito para ler logo outra: *"Caso o candidato não possa ir, por causa da proficiência exigida pela CAPES, qual o posicionamento frente a uma relação acadêmica construída com uma instituição do exterior, mas não finalizada por essa questão?"* Essa foi enviada também por rocha.rodrigues Felipe e obteve 29 votos.



Passo a palavra ao penúltimo inscrito, que é a Manuele Matias. De onde você é, Manuele?

A SRA. MANUELE MATIAS - Bom dia. Eu sou Manuele Matias. Eu sou doutoranda em Saúde Coletiva na Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ. Eu estou aqui também representando a ANPG e os estudantes dessa instituição, por meio da sua associação de pós-graduandos. Reitero todas as críticas postas aqui. Estamos aqui representando uma série de insatisfações postas pelos pós-graduandos brasileiros e queremos respostas efetivas da CAPES. Estamos aqui com uma carta conjunta da Associação de Pós-Graduandos da UERJ junto com a Subreitoria de Pós-Graduação que mostra exatamente isto: a falta de comunicação da CAPES com as universidades na implantação dessas novas medidas, dessas novas mudanças que, como a Tamara falou, foram tão impactantes que tiveram como consequência também a dificuldade de comunicar aos pós-graduandos e aos programas essas novas mudanças, o que, muitas vezes, os induziu a erro. Então, estamos com essa carta aqui, que depois poderei apresentar ao Presidente da CAPES.

Com muito custo, sabemos que os espaços de ensino deste País estão sendo democratizados pouco a pouco, no entanto, a pós-graduação é um espaço ainda muito elitizado no País. Mas temos dado passos — lentos, é verdade — que têm dado início à democratização desse espaço.

Então, eu quero fazer a seguinte pergunta aos presentes: qual o objetivo dessas novas mudanças, sem uma efetiva comunicação às universidades, aos pós-graduandos, às entidades que representam os pós-graduandos, senão elitizar ainda mais os espaços da pós-graduação? Será que temos ciência de que estamos penalizando exatamente aqueles pós-graduandos, aqueles estudantes que, com muito custo, conseguiram alcançar a universidade, os espaços de ensino neste País?

Também deixo outra pergunta: por que, em vez de discutirmos aqui essas mudanças mais recentes que foram feitas sem muita comunicação, tanto com os



estudantes quanto com as universidades, não discutimos políticas realmente para democratizar o acesso ao ensino de idiomas? Essa é a pergunta que deixo aos presentes.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada.

Faço mais uma pergunta. Algumas perguntas têm a mesma natureza, então, eu vou pular as menos votadas.

Há uma aqui muito interessante, dirigida ao Dr. Abilio Neves, da Patrícia Borim: *"Prof. Dr. Abilio Neves, sou filha de pobres e sem estudos. Eu fui a única que conseguiu entrar na USP. Como faço para mudar meu passado e ser aprovada no TOEFL, se estou tendo dinheiro apenas agora no doutorado?" (Palmas.)*

Tem a palavra o último inscrito, o Flávio Franco.

O SR. FLÁVIO - Bom dia. Eu sou Flávio Franco, estudante do doutorado em Ciência Política da UNICAMP e também Diretor de Relações Internacionais da ANPG.

Bom, eu gostaria de iniciar minha pequena intervenção com essa campanha que estamos fazendo aqui neste plenário e também nas redes sociais, dialogando com as APGs, com os pós-graduandos, que é a seguinte: *Internacionalização da ciência brasileira para quem?* Acho que essa pergunta dialoga muito com a última leitura feita aqui, Deputada Alice Portugal, da pergunta da colega da USP. Nós estamos passando por um processo de diversidade e de inclusão social na pós-graduação no Brasil. A maioria das instituições federais de ensino está implementando as cotas na pós-graduação. As universidades estaduais também estão passando por esse processo. É bom que tenhamos como concepção que o nível de inglês dos brasileiros não pode ser culpa dos próprios brasileiros. O Estado não pode criar ou fomentar uma política, gerando exclusão por uma desigualdade que o próprio Estado criou.

Durante a LDB de 1971, a língua inglesa deixou de ser obrigatoriamente ofertada na educação regular, ao mesmo tempo que os centros de idiomas privados



cresceram no País. Até 1985, ficamos quase 30 anos sem uma política de ensino de língua estrangeira eficaz em nosso País.

Bom, a CAPES modificou todo o seu critério de regras para oferta das bolsas de doutorado sanduíche, como foi bem dito aqui pela Tamara, Presidente da ANPG, por muitos pós-graduandos que estão aqui presentes e também pelos internautas pós-graduandos, sem dialogar com as instituições.

As exigências beiram um processo que vai na contramão da inclusão e da diversidade socioeconômica e racial na pós-graduação. Esses critérios, professor, são estritamente elitistas. Eles não possibilitam a internacionalização da pós-graduação, a partir do novo perfil socioeconômico e racial existente hoje na pós-graduação. Ele só faz, na verdade, elitizar esse programa.

Creio que é necessário que se discutam novas formas. Não é possível que a Fulbright peça 71 para o TOEFL IBT e 527 para o TOEFL ITP, e a CAPES peça 79 para o IBT e 550 para o ITP.

A ANPG colocou propostas aqui. Creio que poderíamos avançar num processo de internacionalização da ciência que incluía todos e todas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Flávio.

Gostaria de comunicar a presença do Deputado Damião Feliciano entre nós e de ler pelo menos mais duas perguntas rapidamente, antes de passar a palavra para os nossos convidados.

Há uma afirmação aqui que diz: "*A proficiência deveria ser classificatória no processo seletivo e não eliminatória*". O que pensa a CAPES sobre isso?

Outra: "*O edital apresenta diferença entre as exigências da proficiência em idiomas. Considerando a igualdade nas regras, o score em inglês deve reduzir*".

Temos agora quase 1.500 pessoas participando da reunião. Há perguntas diversas, mas acho que o elemento nuclear está destacado.

Algo que me causou espécie foi exatamente a discrepância, a disparidade de condições entre os pós-graduandos que são candidatos ao programa sanduíche do



doutorado. Entre 11 de dezembro de 2017 até o momento eles tiveram tempo exíguo, dificuldade de acesso aos certificados das entidades certificadoras, incompatibilidade de prazos com os prazos das inscrições para sua pretensão ao programa sanduíche. E os novos, que já receberam o edital e estão de posse dele, ficam com mais liberdade de prazo para o acesso a suas expectativas. Então, isso é objetivo, para um universo delimitado.

Evidente que temos o conceito, a discussão sobre essa tendência de elitização, de dificuldade daqueles que vieram de escola pública, dos que entram pelo sistema de cotas, e isso levaria a um corte. Esse é o objeto macro do conceito, que foi muito bem abordado pelos diversos pós-graduandos que aqui se pronunciaram. Mas o que fazer com o objeto concreto deste universo, que está obstaculizado?

Também me chama a atenção a exigência para países de língua portuguesa, que, na minha opinião, é de fácil resolução. E eu gostaria de frisar, de grifar essas questões.

Esse universo que está premido pelo prazo fica no sanduíche, fica imprensado, fica obstaculizado por questões que eles não têm como transpor. Às vezes, há a nota da prova, mas não alcançam o prazo. É como no ensino fundamental, quando a criança faz aniversário no meio do ano: avança ou não avança no seu curso? Matricula ou não matricula?

Essa discussão é puramente administrativa. Às vezes há a nota do score, mas não se alcança o prazo exigido pelas instituições.

Então, eu gostaria de passar as perguntas dos internautas ao professor para que ele passe os olhos e, ao mesmo tempo, faça uma abordagem geral sobre o diálogo que tivemos aqui.

A Comissão de Educação, evidentemente, tem esse papel. Acho que está sendo muito interessante o encontro dos pós-graduandos da ANPG com a direção da CAPES nesta manhã. Evidentemente, espero que possamos sair daqui, senão



com as soluções, pelo menos com o aprazamento de um calendário mínimo de reuniões para a busca dessas soluções.

Passo a palavra, imediatamente, ao Prof. Abilio.

O SR. ABILIO AFONSO BAETA NEVES - Muito obrigado pelas perguntas. Algumas são muito interessantes e importantes, porque suscitam, desde logo, devo dizer, a possibilidade de que avancemos com alguns passos no sentido...

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Só um segundo. Peço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que assuma a direção dos trabalhos, enquanto vou defender um requerimento importante na Comissão de Desenvolvimento Urbano. Eu retorno em seguida.

Desculpe-me.

O SR. ABILIO AFONSO BAETA NEVES - Pois não.

Como eu dizia, há um conjunto de questões muito interessantes e que podem, perfeitamente, suscitar alguma negociação. Outras, no entanto, passam ao largo de uma realidade um pouquinho diferente da que está sendo desenhada aqui.

Refiro-me, primeiro, ao número de bolsas concedidas. A Tamara tem um dado completamente equivocado. Este ano, esse programa deve conceder cerca de 4 mil bolsas. Nós temos mais de 3 mil já homologadas. Portanto, se nós temos 300 indivíduos com problemas concretos, significa que menos de 10% do total de estudantes têm problemas. É preciso que tenhamos bem presente que nós temos um número muito grande que atendeu ao edital. As instituições conduziram nessa direção. Temos um número bem menor de alunos com problemas, e acho que podemos tentar tratar desses problemas de modo separado do atendimento que já foi dado aos termos do edital.

Além do mais, o edital já se encerrou. Uma substituição, uma transformação, uma anulação do edital causaria, inclusive, prejuízo definitivo a mais de 3 mil indivíduos cuja situação foi homologada pelas instituições, indivíduos que atenderam ao edital. Eles ficariam prejudicados e deveria ser suspensa a concessão



de bolsas neste ano. E a possibilidade de que não haja concessão de bolsas neste ano não interessa a ninguém. Esse é um primeiro ponto importante.

O segundo ponto que vale a pena considerar aqui é o seguinte: eu insisto que a CAPES opera na interlocução com as universidades, por intermédio, sobretudo, dos contatos com o Fórum de Pró-Reitores e com a ANPG. O Fórum de Pró-Reitores estava informado dessa disposição de alteração desde, pelo menos, meados do ano passado. É expectativa da CAPES, com relação ao Fórum de Pró-Reitores, que os Pró-Reitores comuniquem às suas universidades, que eles informem aos programas de pós-graduação que representam, afinal de contas, são que eles comuniquem às suas universidades, que eles informem aos programas de pós-graduação que eles representam. Afinal de contas, eles são pró-reitores dos programas de pós-graduação e, eventualmente, de pesquisa da universidade. Em última análise, eles e os pró-reitores, em cada universidade, são responsáveis pela informação do trabalho da CAPES. Esta é uma expectativa legítima. É assim que isso funciona em todos os outros aspectos das iniciativas e ações da CAPES.

Como ficou dito, parece que está completamente encerrada e eliminada a possibilidade de os candidatos ainda apresentarem a proficiência, mas não está. O próprio edital diz que, 2 meses antes da saída, ainda pode ser juntada a documentação. Quem sair em setembro ainda tem até o fim de julho e de agosto e quem sair em outubro ainda tem agosto, sem falar em quem vai sair em novembro. Nós podemos pensar na prorrogação do prazo de saída, que é uma possibilidade, não há problema nenhum. Isso ampliaria o prazo para a demonstração da proficiência. Estes são os pontos.

Insisto que não devemos transformar o particular em geral, porque o geral é maior que o particular, assim como não podemos imaginar que o particular prejudique o geral, que é muito grande. Como já dissemos, a ideia da Tamara era algo que não correspondia. Não se trata de 300 estudantes em 400 bolsas. Esse número — 400 bolsas —, Tamara, você deve ter pego nos editais de balcão da



CAPES, os editais do Programa Doutorado Sanduíche, Doutorado Pleno, Professor Visitante.

A SRA. TAMARA NAIZ - Não. Eu não tenho o número porque não há o quantitativo no edital. Trata-se do quantitativo do programa de doutorado.

O SR. ABILIO AFONSO BAETA NEVES - Ah, não! Não é assim. Na verdade, há mais.

O SR. PRESIDENTE (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - Assim que o senhor terminar, vou conceder a palavra a ela.

O SR. ABILIO AFONSO BAETA NEVES - Está bem.

Então, este é o primeiro aspecto que eu queria comentar.

O segundo aspecto, como eu disse no início, é se há exigências, se as exigências da Fubrait com relação à língua estrangeira são menores, nós adotaremos as da Fubrait. (*Palmas.*)

Nos casos excepcionais, para não tumultuarmos um edital que pode prejudicar mais de 3 mil estudantes, sempre que tivermos um caso fundamentado em que a universidade — não o orientador — disser ser suficiente a proficiência do estudante, nós a acataremos.

A exigência dos editais anteriores, de que bastava a manifestação do orientador, é parte do problema cuja solução podemos encaminhar, não é a solução do problema. Voltar à simples manifestação do orientador estrangeiro não é a solução. Não é correto imaginar que o aprendizado de língua seja necessário apenas para a atividade estrita que o estudante vai desenvolver, primeiro, porque ele não sabe qual é a atividade completa que vai desenvolver — ele descobrirá um mundo completamente novo, um mundo de atividades e situações em que ele deverá ter domínio suficiente para aproveitar bem aquela experiência; e, segundo, porque o aprendizado da língua e a experiência no exterior não são para o indivíduo passar rápido pelo país e voltar logo para casa, mas, sim, para ele se instrumentalizar e se constituir em aluno proativo, num cenário de produção de um



conhecimento cada vez mais internacionalizado. Isso significa escrever e publicar em língua estrangeira. É fundamental.

Por último, com relação a Portugal, este é um assunto bem mais complexo. Houve uma manifestação aqui no sentido de que, no caso de Portugal, se exigem duas línguas. Não. Em se tratando de Portugal, passou-se a exigir uma língua porque, em português, imagina-se que tenhamos proficiência.

O problema no caso de Portugal é mais complexo do que o que estamos lembrando nesta discussão. Nossa relação com Portugal tem suscitado uma conversa, em muito alto nível, sobre a qualidade da cooperação científica Brasil-Portugal.

Portugal é um parceiro tradicional do Brasil, e o Brasil é um parceiro tradicional de Portugal — não é o principal parceiro de Portugal, como Portugal não é o principal parceiro do Brasil. No entanto, os dados da cooperação técnico-científica brasileira com Portugal mostram que, medidos em termos do impacto da produção, ou seja, dos trabalhos publicados resultantes desta cooperação, a cooperação com Portugal é a de nível mais baixo que o Brasil mantém, e a cooperação do Brasil com Portugal é a cooperação de impacto mais baixo para Portugal. Este é um problema seriíssimo.

Recebi a visita do embaixador de Portugal, que nos questionava por que o Brasil, com tanta tradição de cooperação com aquele país, tem na cooperação científica com Portugal baixo impacto? Como podemos levantar isso, para que esta cooperação não seja apenas tradicional, mas exemplar?

Parte da transformação desta cooperação passa pelo reconhecimento de que Portugal está internacionalizando muito rapidamente sua estrutura de ensino superior e de pesquisa. Em muitas universidades portuguesas, grande parte das disciplinas, nos programas mais elevados de formação, hoje são dadas em inglês. O trabalho científico, sobretudo, é feito basicamente em inglês. A produção dos trabalhos científicos em Portugal tem sido predominantemente em língua inglesa.



Portanto, nosso estudante brasileiro, por mais que diga que vai para Portugal, vai não porque seja mais fácil: ele tem que fazer de Portugal uma experiência realmente internacional. O estudante brasileiro que vai para Portugal não está indo para o bairro do lado da cidade dele: está indo para uma experiência internacional. Ele tem que voltar desta experiência como volta alguém que vai para a França, para a Alemanha. Do contrário, ele não precisa ir para Portugal. Ele pode ir para uma cidade aqui do lado, no Brasil mesmo. A experiência em Portugal deve ser plenamente internacional.

Nós podemos medir os níveis. Se vocês olharem para a área de Administração ou de Informática, praticamente não há aulas em português nas universidades portuguesas. Não há aula de português nos programas de alto nível de formação em Engenharia. Nós temos vários professores brasileiros. O Prof. Silvio Meira, por exemplo, é um conhecido professor na área de Informática, é fundador do CESAR, em Pernambuco. Ele, que é professor permanente em duas universidades portuguesas, não dá aulas em português.

De outro lado, nós podemos dizer que, na área de Linguística e na área de Educação, a experiência é muito mais direta. Mesmo na área de Linguística, da Educação ou da História, o produto do trabalho, muito provavelmente, em algum momento, terá que ser publicado em inglês.

Hoje, Portugal é tema que tem a ver com o seguinte: ou nós valorizamos a relação que temos com Portugal e passamos a ter uma cooperação técnico-científica de alto nível, ou ela ficará de segunda ou terceira categoria. Aí será pior inclusive para as futuras gerações de estudantes e para o fato de que nós vamos, com isso, precarizar cada vez mais as relações com Portugal. Nossas relações com Portugal precisam crescer, e não diminuir ou estagnar.

Resumindo, eu diria que nós não podemos impedir que o edital vá ao fim. Nós prejudicaríamos muito mais pessoas do que as que hoje estão fazendo pleitos específicos. Além disso, há alguma margem de entendimento com relação aos pontos que eu já mencionei.



A discussão geral, como queria o estudante de Ciência Política, sobre a questão da internacionalização é outro ponto — foge um pouco ao que estamos tratando nesta reunião.

Eu gostaria de fazer algumas observações: não tenhamos medo de dizer que a pós-graduação é um empreendimento de elite, porque é e sempre o será! Do contrário, nós não sabemos mais do que estamos falando. Não existe a possibilidade de massificarmos a pós-graduação no Brasil. Mesmo que dobremos a pós-graduação, ela continuará sendo de elite. A pós-graduação é o nível mais alto de formação de recursos humanos que nós temos e só continuará sendo o mais alto se for de elite. Isso não significa que nós não tenhamos que dar atenção à inclusão de todos os capazes, de todos os que têm habilidade, de todos os que têm a possibilidade de se desenvolver.

Outro aspecto para o qual eu gostaria de chamar atenção é que existem 4 milhões de senhas para o My English Online! Isso representa mais que 60% do total de estudantes de graduação e 15 vezes mais que o número de matrículas na pós-graduação. Essas senhas são gratuitas, estão à disposição, por meio da SESU. Existem programas de formação em língua inglesa. Existem 4 milhões de senhas. O My English Online foi testado e funciona maravilhosamente. Os resultados do TOEFL do My English Online são iguais aos dos cursos presenciais.

Estão à disposição mais de 400 mil senhas para fazer o TOEFL, e destas há ainda umas 200 mil. Portanto, senhores, aproveitem! Façam uso das possibilidades de democratização do acesso à formação em línguas.

A CAPES mantém, com os Estados Unidos, a França e a Alemanha, programas de tutoria em todas as principais universidades públicas brasileiras, para formação nestas línguas, para estudantes de graduação e pós-graduação, etc. Então, há políticas e iniciativas que tentam diminuir o problema que existe no domínio da língua estrangeira. Há possibilidade, também, de negociar, resumindo os pontos que eu mencionei há pouco.



Minha última frase: eu tive o prazer de ter aula com o Prof. Fernandes. Vocês se assustariam com o grau de exigência dele, em matéria de formação e competência linguística, para fazer as aulas que ele ministra. Não à toa ele foi o fundador da Escola de Sociologia de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - Muito obrigado, Prof. Abilio Neves.

Antes de passar a palavra à Tamara, anuncio a presença do Deputado Floriano Pesaro, da nossa Deputada Professora Marcivania, do Amapá, e do Deputado Junji Abe, de São Paulo. Sejam todos bem-vindos!

Este espaço destina-se ao diálogo, não só à informação. Eu acho que é muito importante este diálogo entre duas instituições ou entre as instituições que tratam da formação de elites. O desafio que se coloca não é tratarmos de elitizar a formação. Eu acho que é de formação de elite, partir da realidade e das potencialidades brasileiras, das limitações que nós temos, tanto quanto lembrar que é fundamental, para que nos formemos elite, que tenhamos um horizonte garantido, para que as pessoas que vierem de baixo possam ascender à elite. Esta é a condição fundamental para que o Brasil venha a ser o país que queremos.

Concedo a palavra à Sra. Tamara Naiz. (*Palmas.*)

A SRA. TAMARA NAIZ - Obrigada pela palavra, Sr. Presidente.

Eu fico feliz, Prof. Abilio, com a abertura da CAPES em rever algumas questões. Quero dizer que nós não estamos nem nunca estivemos em lados opostos. Eu acho que temos um bom diálogo até mesmo com a Diretoria da CAPES. Nós, da ANPG, conhecemos o conteúdo destas mudanças a partir da publicação do edital e apresentamos nossas críticas para a CAPES tão logo fomos procurados pelos pós-graduandos em fevereiro. De lá para cá, estamos tentando discutir estas questões. Ouvimos da CAPES que não haveria modificações, o que foi apresentado em uma reunião com a Profa. Concepta Mcmanus, Diretora de Relações Internacionais da CAPES.



Em primeiro lugar, quero dizer que a pós-graduação tem que prover conhecimento de elite, conhecimento de ponta. A pós-graduação, que alimenta nossa produção científica, nossa produção tecnológica e inovativa, não deve ser elitizada. É diferente. (*Palmas.*)

Ao contrário, nós devemos procurar diversificar o perfil dos pós-graduandos, o perfil de quem desenvolve nossa pesquisa e nossa ciência, porque a pós-graduação olha para a sociedade com muitas perguntas.

Por isso, temos que nos comprometer com a transformação da realidade.

Quando olhamos para a realidade e fazemos perguntas, tentamos trazer soluções para este Brasil, que é tão grande, que é continental, que é desigual. Aqui tem gente de todas as regiões do País. Em cada lugar, há um desafio diferente. Quando temos na pós-graduação alunos de vários lugares da sociedade, não apenas da elite, temos condições de levantar problemáticas diferentes, porque passamos a conhecer os problemas por que as pessoas diferentes passam. Assim, temos condições de produzir um conhecimento capaz de responder às distintas necessidades do povo brasileiro.

Então, é muito importante que caminhemos para diversificar e democratizar a pós-graduação brasileira, com negros, indígenas, pobres, com gente de todos os lugares e em todos os lugares.

Há um paradoxo no Brasil: as regiões em que há mais biodiversidade são aquelas em que a pós-graduação está menos desenvolvida, como a Amazônia e o Cerrado, dois dos nossos maiores biomas. Nestas regiões, temos um monte de coisas para desenvolver. Nestes locais, investimos menos, não apenas em bolsas e recursos, mas também em financiamentos de projetos.

A pós-graduação tem que se comprometer mais com o desenvolvimento do nosso País, inclusive para a superação das desigualdades que vivemos. É claro que não é um edital que vai resolver isso, mas esta é uma concepção que tem que passar pela cabeça dos nossos gestores e dos nossos cientistas. A ciência e a educação querem responder às questões da sociedade. Educação e ciência geram



oportunidades pessoais e coletivas que podem ajudar a transformar a realidade do nosso povo. Ciência e educação geram conhecimento, riqueza, oportunidade, ferramentas que devem ser colocadas a serviço do bem-estar da nossa população. Na pós-graduação brasileira, encontramos pessoas que se dedicam todos os dias, cotidianamente, com afinco, à realização das nossas pesquisas, ao desenvolvimento científico do nosso País.

Desse modo, não podemos permitir que mudanças tão impactantes aconteçam sem o devido diálogo, porque nós colocamos mais barreiras para as pessoas que já enfrentam tantas barreiras, como a ausência de direitos previdenciários, estudantis, trabalhistas, bem como a ausência de boas condições de pesquisa e laboratórios.

Mesmo assim, nós nos dedicamos todos os dias. O que nós queremos é continuar nos dedicando a isso. Nós não somos nada corporativistas. Queremos melhores condições para ajudar a desenvolver mais nossa ciência, para que esta encontre a solução para os problemas do nosso povo.

É possível, com cooperação e com parcerias internacionais, criarmos mais oportunidades. Para isso, precisamos que estas possibilidades estejam abertas. Nós apresentamos aqui um conjunto de críticas em relação ao que achamos que deve ser mudado no edital. Aliás, se as vagas não forem preenchidas, este edital deverá ser reaberto para o preenchimento de todas as vagas de bolsa, porque a gente precisa atrair muito mais talentos para desenvolver a ciência brasileira. Há muita coisa a ser feita no nosso País, que é grande e desigual. Os jovens inventivos e criativos têm um potencial tremendo, se as condições corretas forem dadas a eles. O que nós queremos é condição para fazermos o que nós gostamos de fazer: ajudar a desenvolver nossa ciência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - Obrigado.

Indago aos colegas Deputados se desejam fazer uso da palavra. Temos presente a Deputada Professora Marcivania.



A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB - AP) - Bom dia a todos. Queria parabenizá-lo, Deputado Adelmo Leão, pela iniciativa da reunião. Quero cumprimentar o Sr. Abilio, da CAPES, e a Tamara. Trata-se de um tema que precisa ser debatido por meio de muitos diálogos, porque temos muitos desafios pela frente. Na verdade, isso está muito distante, porque nossa demanda é superior à oferta de cursos de pós-graduação, qualquer que seja o nível. No Norte do Brasil, a diferença é mais gritante ainda. Precisamos fazer um planejamento sobre o que queremos para o Norte do Brasil.

Temos deficiências em todas as áreas, mas vou dar um exemplo. Temos que vencer o corporativismo. Temos poucas vagas, por exemplo, de residência médica ofertadas. Temos uma deficiência enorme de neurocirurgiões no Amapá. Com relação à demanda, quando aparecem vagas para a Universidade Federal do Pará, por exemplo, temos apenas uma vaga em residência médica. Os mestrados para professores, na área da educação, precisam ser extremamente estimulados. Nós temos barreiras tanto administrativas quanto de recursos humanos para desenvolver os cursos de mestrado e doutorado.

Eu acho que o Poder Legislativo poderia dar uma contribuição e discutir de forma fraterna com a CAPES, visando analisar a situação dos mestrados profissionais e acadêmicos. Temos muitas possibilidades, mas emperramos ante algumas burocracias que precisam ser retiradas, para que haja investimentos na educação, único caminho que temos para tirar o Brasil da condição em que está.

Eu não digo que o Brasil está na contramão de alguns países. O País está na contramão do mundo. Os países, quando se encontram em situação similar à do Brasil, situação de crise econômica, crise financeira, crise social e política, investem em educação como alternativa. Aqui no Brasil estamos na contramão de tudo isso. Quando há uma crise, cortam-se os investimentos para a área da educação.

Temos, por exemplo, a Emenda Constitucional nº 95, algo extremamente cruel, já que impõe, por 20 anos, limites de gastos nas áreas mais importantes e



estratégicas do Brasil. São 20 anos que teremos pela frente. Nosso desafio é derrubar ou revogar esta emenda constitucional.

Na verdade, temos que pensar o Brasil de forma estratégica. Para isso, a CAPES desenvolve papel fundamental. Precisamos desenvolver um diálogo constante, não apenas em reuniões, mas num ambiente mais reservado. Como é que vamos melhorar isso? O Legislativo está à disposição. Nós temos nossas emendas individuais à disposição para este necessário aporte financeiro, mas isso não é suficiente. Temos outros desafios. Temos recursos humanos limitados, regras que, acho, precisam ser mudadas, para olharmos para as diversidades e enormes desigualdades que o Brasil enfrenta. No Norte do Brasil, temos os piores índices educacionais. No Norte do País, o Amapá apresenta os piores índices. Nós temos 79% das crianças até 8 anos sem saber ler! E não temos, na Universidade Federal do Amapá, mestrado em alfabetização.

Na verdade, temos que achar alternativas para todos os desafios que temos. Não dá para ficarmos somente discutindo, lamentando, apontando erros, sem eficiência, sem resultados, sem eficácia.

Acredito, Deputado Adelmo, que podemos sair daqui e fazer uma reunião reservada, objetivando o trabalho. O que podemos fazer para melhorar os índices horríveis que temos? Isso faz parte de um princípio constitucional que visa a diminuir as desigualdades regionais, as desigualdades em nosso País. Infelizmente, isso fica na lei, fica apenas na Constituição. Precisamos encarar o problema da seguinte forma: vamos sentar e produzir resultados para vencer esta situação, para amenizar, pelo menos, as desigualdades gritantes que nosso País tem.

Coloco meu mandato à disposição, como professora que tem o dever de estimular atitudes e iniciativas como estas do Deputado. Podemos fazer um grupo menor para discutir os problemas e apontar caminhos para sairmos desta condição em que nos encontramos.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - Muito obrigada, Professora Marcivania.

Concedo a palavra ao Prof. Gedeão Amorim. Registro a presença, na Mesa, da Deputada Raquel Muniz, que fará uso da palavra em seguida.

O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM (MDB - AM) - Bom dia a todos.

Quero, primeiro, destacar a importância desta audiência, uma iniciativa da Deputada Alice Portugal, uma reunião tão bem presidida pelo Deputado Adelmo Carneiro. Quero destacar a presença de todos os nossos acadêmicos, da Tamara e, principalmente, do Dr. Abilio, um ícone no tratamento e na gestão da pós-graduação no Brasil. Eu já o conheço há muitos anos. Eu sou da Universidade Federal do Amazonas. Vê-se isso pela segurança e pela clareza do seu pronunciamento. Eu sei que este momento é sobretudo importante para os acadêmicos que aqui chegam porque, quando estamos nos bancos acadêmicos, temos sempre a percepção de que tudo pode acontecer a nosso favor. O Brasil, no entanto, é maior que todos nós, e nós precisamos dar conta da nossa necessidade de avançar, sobretudo com uma consciência mais crítica e mais elaborada.

É preciso que tomemos parte no cenário internacional com competência. Eu ouvi o discurso do companheiro doutorando, que disse: "*Nós temos um problema sério, que começa na educação fundamental*". É verdade! Nós temos um imenso déficit. As coisas são muito mal cuidadas no Brasil, de parte a parte, não somente da parte do Estado. Não podemos desconhecer quanto temos despendido em recursos públicos para a educação, para a saúde, por exemplo.

Nós estamos passando por um momento horrível neste País, mas não pura e simplesmente a gestão pública, que eu não reputo das melhores. Acho que estamos numa profunda crise, mas sobretudo do povo. É como se todos tivéssemos entrado num mar de facilidade, corrupção para todos os lados. Mas não existe corrupto sem corruptor: existem o corrompido e o corruptor. Estamos sempre querendo mais facilidades.



Imaginem os senhores quantas universidades federais nós temos! Como é que financiamos as universidades federais, quase sempre em detrimento da boa escola fundamental? Nós temos uma taxa de insucesso desesperadora. Eu não sei exatamente, Dr. Abilio, mas em algumas graduações nossa taxa de insucesso, atualmente, chega a 60%, o que significa que nós matriculamos, financiamos e depois não conseguimos formar nossa juventude. Este é um dado.

Eu penso que o que vocês estão pleiteando é plenamente legítimo. Tranquilamente, não tenho a menor dúvida disso. Lamento muito que aqui ou ali estejamos despercebidos, perdendo os prazos, deixando de nos preparar, não atentando para a coisa pública.

Nossas comunicações, como se elucidou há pouco, podem não ser as mais fluentes, porque nem sempre os pró-reitores podem passá-las com a devida clareza e proficiência, mas é necessário que pensemos uma coisa: o estudante brasileiro que vai fazer doutoramento lá fora precisa, de fato, ser bom. Ele terá que ser selecionado. Ele precisa ter consciência de que será parte de uma elite brasileira que vai constituir o cenário internacional. Pouco interessa simplesmente ter doutorado. Se for para ter um doutorado de razoável competência, isso nós fazemos nas nossas universidades. Para ir para uma universidade lá fora, é preciso que ela seja uma universidade competitiva.

Eu, às vezes, fico muito triste com determinadas pessoas que vão fazer graduação na área de Medicina em qualquer universidade latina por aqui. Há poucos dias, nós aprovamos, na Comissão de Educação, a questão do REVALIDA, a revalidação do diploma de médicos formados em universidade estrangeira. Que coisa mais interessante! Antes não passava porque havia um corporativismo dos médicos, que tinham medo da concorrência, etc. Hoje constatamos o seguinte: de 100% dos médicos que voltam formados de fora, nós conseguimos aprovar 25% nos exames de revalidação. Portanto, não vale a pena simplesmente fazer o doutoramento fora. Precisamos ter aqui uma seleção de brasileiros bem preparados. Não sei quantas inscrições foram feitas para este edital lá fora, mas a



massa é significativa, e isso terá que ser o capital de investimento para renovarmos a concepção dos brasileiros de modo geral e, mormente, vocês, mais jovens que eu. Nós esperamos tudo de vocês: uma nova geração de dirigentes, de cientistas, de pessoas que pensem com coerência.

Era esta a contribuição que eu queria dar.

Estou muito satisfeito com a oportunidade que me foi dada para participar desta busca de diálogo e entendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada.

Eu e o Deputado Edmilson Rodrigues retornamos de um longo embate na Comissão de Desenvolvimento Urbano, embate que persiste.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Lobbe Neto. Já temos a Deputada Raquel Muniz, que acho já tinha chegado na minha ausência, e com a Deputada Dorinha Seabra Rezende, nossa 1ª Vice-Presidente, que vai conduzir a imediata reunião da Comissão de Educação, que se seguirá a esta audiência pública.

Segundo informação do Deputado Adelmo Leão, já falaram todos os Deputados. Mais alguém gostaria de falar? (*Pausa.*)

Tem a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD - MG) - Bom dia a todos e a todas. Bom dia, nossa Presidente Deputada Alice Portugal! Bom dia, Deputados Adelmo, Edmilson Rodrigues, Dorinha Seabra, nossa Relatora da PEC do FUNDEB. Estamos em outra Comissão discutindo esta pauta. Por isso, meu atraso.

O que me traz aqui hoje é um pedido do norte de Minas, da cidade de Brasília de Minas, uma das primeiras a ter pessoas com doutoramento, o que ajudou muito a alavancar o norte do Estado. Eles enviaram uma correspondência, que será lida — ela é bem pequena. Eu peço, Sra. Presidente, que faça parte da documentação desta audiência, porque acho que pode contribuir muito para o debate.

Foi feita pelo atual Prefeito Geélison, professor eleito com a bandeira da educação em Brasília de Minas. Várias pessoas, por recomendação minha, estão



acompanhando pelo e-Democracia esta discussão. Já recebi aqui várias perguntas. Elas são muitas, mas nós vamos resumir tudo nesta correspondência que eles enviaram, que foi enviada em 28 de maio deste ano.

Exma. Deputada Raquel Muniz,

Com nossos cumprimentos, solicitamos a V.Exa. apoio ao pedido à CAPES sobre a revisão do item 8.5.6 do Edital nº 47 de 2017 da CAPES, que trata do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. Tal item se refere à proficiência linguística mínima exigida para fins de concessão de bolsas de estudo. Nosso pedido é que a CAPES reavalie a pontuação mínima exigida para todos os exames de proficiência em língua estrangeira para o nível B1, considerando que, conforme o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, o estudante já se encontra em nível intermediário a partir do nível B1, possui domínio autônomo do idioma e é capaz de se comunicar para além das necessidades básicas e das situações cotidianas. Além disso, acreditamos que a revisão se faz necessária porque, apesar de a CAPES ter divulgado com antecedência a necessidade de obtenção do documento comprobatório de proficiência em língua estrangeira para a candidatura no referido edital, os níveis que seriam exigidos não foram previamente divulgados, de modo que não foi possível aos estudantes se prepararem previamente para tal exigência.

Outro motivo pelo qual buscamos a revisão é porque entendemos que este critério não considera a existência de pós-graduandos com perfis socioeconômicos diversos, muitos deles com limites de acesso e apropriação de uma segunda língua. Assim, limitar as possibilidades de acesso aos estudantes às universidades estrangeiras pode gerar um recorte social que marginaliza os estudantes mais pobres.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que a maioria dos doutorandos que buscam financiamento para realizar período sanduíche no exterior já possui o nível B1 de proficiência, bem como já está habituada à exposição



a línguas estrangeiras em seus respectivos programas de pós-graduação e em suas pesquisas.

Em anexo, enviamos um abaixo-assinado de diversos alunos de pós-graduação do País. Certos da atenção de V. Exa. ao assunto, antecipamos agradecimento.

Assinam 23 estudantes de diversos programas, todos eles da nossa gloriosa UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais.

Eu repasso este documento à nossa Presidente Alice Portugal, para que faça parte da documentação da audiência pública desta Comissão e para que nossa Eugênia, que nos ajuda, possa encaminhar este pleito.

Há sobre a mesa perguntas do e-Democracia que seguem a mesma temática. Trata-se de perguntas feitas por vários estudantes que não são da nossa UFMG, em Minas Gerais, mas de outras instituições. Eles fazem basicamente os mesmos questionamentos à CAPES e à Comissão que debate aqui, derivada da nossa Comissão de Educação.

Quero agradecer a contribuição do Prefeito Prof. Geélison, que fez este programa de doutoramento e tem uma preocupação, além de ser muito procurado para dar estas respostas. Conto com a colaboração todos os que estão participando aqui, como o Abilio, Presidente da CAPES, para que dê atenção especial ao nosso pedido.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Muito obrigada, Deputada Raquel Muniz.

Assevero que o conteúdo da carta trazida das Minas Gerais é exatamente coincidente com o que falaram aqui os pós-graduandos e a Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Arthur Maia entre nós.

O Deputado Edmilson Rodrigues gostaria de falar. S.Exa. tem a palavra.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, hoje eu me manifestarei na tribuna assinando embaixo o manifesto de seis ou sete ex-Ministros do Meio Ambiente nomeados por Sarney, Collor, Itamar, Lula, Dilma, Fernando Henrique. Todos, em unísono, protestam contra a nomeação de um empresário da área de bebidas para dirigir o ICMBio — Instituto Instituto Chico Mendes. É uma brincadeira!

Aqui, pelo menos, nós temos uma qualidade diferente. O Dr. Abilio Afonso Baeta Neves é um acadêmico, é um cientista de formação densa, com experiência docente em pesquisas. Essa é uma diferença. Que bom que pelo menos instituições como a CAPES tenham pessoas qualificadas, a despeito de termos — o que é bom também — diferenças sobre políticas! Quem está no Governo, às vezes, acaba assumindo, como se fosse algo necessário, a lógica que está posta no momento. Eu diria que isso é uma espécie de inércia dinâmica. Mas existe o lado bom: alguém que não é um intruso na carreira, alguém que é da carreira e não está aqui para ocupar um cargo, porque isso não enriquece tão mais o seu currículo e muito menos suas finanças. Não seria a CAPES reivindicada se o objetivo fosse antiético.

Eu faço essa referência e ressalto o lado bom: aqui nós podemos debater a melhoria dos programas criticando aquilo que é exagero. A lógica do sistema financeiro — que já sequestrou Ministro e ex-Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Presidente da PETROBRAS e áreas mais ligadas à lógica do capital financeiro e do capital especulativo — sempre é justificar os seus programas dificultando o acesso aos programas, criando muralhas.

Vejam só: o cara mais premiado hoje por instituições universitárias dos Estados Unidos é o Moro, que fala muito mal o inglês. *(Risos.) (Palmas.)*

O Fernando Henrique, que é um poliglota, fala bem o idioma do império. Aliás, era vergonhoso o Clinton atrás dele, como se ele fosse um moleque. Um rapaz alto daquele, um príncipe da sociologia, se humilhava para dizer "*sim, senhor*" em seis idiomas. Mas ele fala mal, por exemplo, o francês e o alemão. Eu não falo bem o



francês — falo muito mal, por sinal — e do alemão eu entendo quase "pn".
Desculpem-me! (*Risos.*)

Quem sabe fala.

O ex-Ministro Amorim flexibilizou, para o acesso ao Instituto Rio Branco e a formação de embaixadores, a exigência do inglês. Tem que falar o inglês, sim! Mas por que tem que ser praticamente só o inglês? E se o cara fala muito bem o mandarim, que é de uma matriz linguística totalmente diferente da latina? O cara fala bem mandarim e fala muito bem o francês e o italiano, mas não pode ser embaixador brasileiro, mesmo que ele nunca seja embaixador na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Isso é uma vergonha! Isso é colonização do pensamento ou é pensamento colonizado, que se transforma em práxis institucional colonizada e permanece assim. As pessoas podem dizer: "*Inércia dinâmica? Mas, se é inércia, como é dinâmica?*" A inércia não é estática. Inércia significa permanecer, mesmo que seja em movimento.

Nós temos que mudar isso. Este é o apelo que faço. Nós temos que facilitar o acesso das pessoas à formação doutoral. É muito boa a experiência internacional, assim como é muito boa a integração entre universidades brasileiras e universidades estrangeiras. Eu acho que isso tudo deve ser levado em conta para que nós aperfeiçoemos esse projeto. Da forma como foi apresentado recentemente, é mais um instrumento burocrático para impedir o acesso de doutorandos ao sistema de doutorado sanduíche, para economizar verbas. Um país não economiza recursos quando inviabiliza a produção do conhecimento no *front* do conhecimento.

Só com a formação doutoral, particularmente quando se agregam pesquisadores da área mais avançada da produção de determinado conhecimento científico, é que se pode falar realmente em desenvolvimento. Então, é burrice querer economizar migalhas e perder a soberania, que não pode se afirmar sem a soberania técnico-científica.

Está é a minha opinião apenas, muito respeitosamente.

Obrigado.



A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Deputado Edmilson Rodrigues.

Isto posto, eu gostaria, de maneira muito concreta, na medida em que já me assenherei dos debates anteriores, de passar para as considerações finais, porque estamos no limite do horário para o início da reunião da Comissão de Educação.

Antes, quero perguntar ao Dr. Abilio sobre a possibilidade de uma prática diferenciada da CAPES em relação a essa questão do score do inglês, da língua estrangeira, em países lusófonos. Eu também gostaria de saber qual é a possibilidade de hoje brotar daqui esse calendário de conversas com a ANPG, na tentativa de solução mínima para os que estão neste prazo exíguo. Há os que estão prejudicados pela exiguidade do prazo na busca de equidade com os demais, mas é para todos a possibilidade de revisão, pelo menos em parte, dessa decisão da CAPES.

Passo a palavra à Tamara Naiz, para suas considerações finais.

A SRA. TAMARA NAIZ - Agradeço a presença de todos, principalmente das pós-graduandas e dos pós-graduandos presentes.

O Deputado falou que espera muito de nós. Eu acho que muita gente espera. Nós também esperamos muito do Estado brasileiro. Nós estamos a postos, Deputado. (*Palmas.*)

Nós continuamos a postos. Mas eu acho que temos de alinhar as expectativas. Foi cobrada de nós uma coisa que nunca havia sido cobrada. Isso não foi avisado, nem deram prazo para nos adaptarmos. Essa é a questão. Isso nunca foi cobrado. Começaram a cobrar sem aviso prévio e sem prazo para adaptação.

Então, quero propor um conjunto de coisas para conversamos com o Prof. Abilio. Nós reconhecemos o esforço e sabemos da importância de se internacionalizar a nossa ciência, a nossa pesquisa, com mais intensidade, com mais qualidade. Isso é correto, mas esse esforço não vai ser determinado por esse edital, nem vai ser jogado nas costas dos pós-graduandos. Esse é um esforço conjunto, que deve ser cobrado das universidades, dos programas de pós-



graduação, sobretudo dos programas de excelência, com notas 6 e 7. Esses são obrigados a internacionalizar segundo os critérios de avaliação da CAPES.

Eu quero dizer que deve haver um esforço conjunto do Estado brasileiro. Não são apenas os pós-graduandos que vão determinar o nosso nível e a nossa qualidade de internacionalização. Inclusive, considero que seria, sobretudo, o nível de investimento que nós temos: os editais, as bolsas, a cooperação, a transferência de tecnologia, o desenvolvimento de tecnologias, as inovações em comum com outros países. Tudo isso caracteriza o nosso esforço de internacionalização.

O Prof. Abilio já apresentou algumas possibilidades. Eu quero fazer uma colocação, para restabelecermos essa discussão. Defendemos que a CAPES reduza os escores mínimos a 460 pontos, que é o definido pelo Quadro Comum Europeu. Nós endossamos a questão da revisão da exigência para os países lusófonos. Estamos falando de Portugal, mas não estamos falando só de Portugal. Mesmo em Portugal, essa é uma questão muito específica para algumas áreas. Diante da natureza excludente e específica desses testes que são exigidos, esperamos que a CAPES possa, de fato, receber o atestado de proficiência das universidades e dos programas estrangeiros, já que é muito difícil voltar à regra do orientador em relação a isso. Também pedimos o aumento do prazo para a comprovação da proficiência para quem está neste edital. Será que não podemos receber isso das pessoas que estão aprovadas neste edital, em que a proficiência é a última etapa? A fim de que essas bolsas não fiquem ociosas e as universidades não deixem de exercer essas cotas, as pessoas não podem apresentar, até o final do seu doutorado ou até a volta para o País, a sua proficiência?

Por último, solicitamos a reabertura para o preenchimento de cotas não preenchidas. Precisamos saber como não deixar de exercer todas as cotas de bolsa.

Para finalizar, quero dizer que nós pós-graduandos seguimos acreditando no Brasil, seguimos acreditando na CAPES, mesmo diante da desconstrução do nosso futuro.



Prof. Abilio, nós queremos que a CAPES não seja mais uma a fechar as portas. O que temos visto por aí é uma placa enorme de *"não há vagas"*, de *"não há perspectivas"*. Temos uma emenda que congelou o orçamento das universidades, que estão recebendo 60% dos recursos que deveriam receber para este ano. Universidades, CAPES, CNPQ estão com o orçamento reduzido. É a ciência com o pior orçamento das últimas décadas! Congelaram os recursos no pior cenário visto pela ciência. Enfim, há falta de condições de pesquisa.

Temos uma série de projetos. O Deputado Lobbe Neto, inclusive, é autor de um projeto que muito nos interessa sobre a valorização das bolsas de pesquisa, das bolsas de pós-graduação.

Portanto, quero dizer que, apesar de vermos na nossa frente um grande projeto de desconstrução do nosso futuro, nós seguimos acreditando no Brasil e seguimos acreditando no que fazemos todos os dias, na dedicação que temos todos os dias à nossa pesquisa, à nossa ciência, ao nosso País e ao nosso povo. Queremos que a CAPES não seja mais uma a anunciar uma grande placa de *"não há vagas"*, *"não há possibilidades"*, *"não há perspectivas"*, porque nós temos muita energia e muita capacidade. Queremos seguir transformando o nosso País, ajudando-o a ser um País mais digno e mais desenvolvido. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Tamara, Presidenta da ANPG.

Passo a palavra, para as considerações finais, ao Prof. Abilio Afonso Baeta Neves.

O SR. ABILIO AFONSO BAETA NEVES - Muito obrigado, Deputada.

Agradeço a todos, especialmente aos Deputados, pelas perguntas e comentários feitos.

Eu reitero que a primeira preocupação da CAPES hoje é não prejudicar os milhares de estudantes já homologados pelo edital. A segunda preocupação da CAPES é chegar a um ponto aceitável.



Eu já mencionei que, no caso da língua inglesa, não há por que não aceitarmos os limites da Fulbright. Quanto aos parâmetros europeus, vamos conversar. Sobre isso, eu não estou exatamente bem informado, mas posso me informar.

Com relação à língua inglesa para países de língua portuguesa, nós não vamos abrir mão dessa exigência — dessa exigência, não! É uma falsa percepção a de que nós podemos ir para Portugal e ter uma experiência efetivamente internacional sem o mínimo de condição de participar do debate internacional, que ocorre em língua inglesa. Cada vez mais, a produção, tendencialmente, é feita em língua inglesa. É essa produção hoje que é lida, que é discutida, que é comentada.

Inclusive, como eu mencionei, não abriremos mão dessa exigência, porque temos um acerto com o Embaixador de Portugal, no sentido de que precisamos elevar o nível da cooperação técnico-científica entre Brasil e Portugal. E isso passa por oferecer condições de que a cooperação Brasil-Portugal seja feita em sintonia com o *mainstream* da produção científica e de pesquisa tecnológica mundial.

Eu também mencionei que há possibilidade de discutir casos excepcionais, referentes aos que têm aceitação da universidade, com confirmação pela universidade da aceitação do nível de proficiência, como já mencionou a Tamara. Também podemos tratar de outras excepcionalidades.

Chamo a atenção — repito — para o fato de que estamos falando de um contingente muito pequeno. Não confundam o problema desse contingente com problemas reais, legítimos, dos quais vamos tratar. Não transformem esse problema no problema de mais de 3 mil estudantes com candidaturas homologadas, que atendem ao edital...

(Não identificado) - Elas foram homologadas, mas não têm a proficiência ainda. Eu fui homologada, e não tenho proficiência ainda. São coisas diferentes.

O SR. ABILIO AFONSO BAETA NEVES - Eu sei quão diferentes são essas coisas. E você ainda tem tempo para apresentar a proficiência. Se sair em dezembro, tem até outubro; se sair em novembro, tem até setembro, ou seja, você tem pelo menos 3 ou 4 meses, dependendo do prazo que previu a saída.



Então, em relação às condições, nós podemos continuar conversando. Sem problema nenhum, podemos conversar com a Tamara, com a ANPG, com os Deputados, com a Comissão de Educação. Eu acho que é possível avançar e fazer correções, sem prejuízo do processo como um todo, que já avançou bastante e sobre o qual há expectativa de muita gente no sentido de que chegue a um bom termo logo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Professor, antes de terminar, eu gostaria de fazer essa solicitação de maneira mais enfática.

De fato, é um universo pequeno, mas é um universo que fica discriminado em relação aos demais, porque está com os prazos exíguos ou mesmo com a possibilidade concreta de não alcançar o prazo exigido, pelo período em que o edital foi divulgado e popularizado. O edital foi definido em dezembro, mas foi popularizado em fevereiro, digamos, com a reabertura das instituições. Então, seria muito interessante fazer essa análise. O senhor afirma não prejudicar os atuais e diz tratar-se de um universo pequeno, mas cada vida é uma vida. Seria muito interessante que os chamassem imediatamente para uma conversa, se fosse possível. Seria interessante que saíssem daqui com esse prazo de conversa já agendado.

Em relação a chegar aos níveis da Fulbright, acho muito interessante, mas é preciso fazer um esforço para rever o escore. Vejam a quantidade de pedidos, a carta de Minas Gerais! Acho isso muito interessante.

Em relação aos casos excepcionais, em que seria aceita a proficiência das universidades, o senhor vai analisar caso a caso. Mas que casos são esses? Não seria, pelo menos para esse universo, o caso de aceitar todos e não criar análises subjetivas individuais?

Eu quero colocar essas questões de volta à Mesa e desejar que esse entendimento seja possível.



V.Sa. é um homem da vida acadêmica e já ocupou diversos espaços determinantes da política educacional brasileira. Nós confiamos nessa possibilidade, porque, se isso veio até a Comissão de Educação, trazido pelo nosso Presidente, o Deputado Danilo Cabral, é porque, de fato, o apelo tem chegado com muita intensidade a esta Comissão.

Então, em nome do Parlamento brasileiro, nós gostaríamos de fazer essa solicitação, que, como V.Sa. percebeu, é suprapartidária. Isso não tem o viés dos que apoiam e dos que não apoiam o Governo. Aqui estão duas Deputadas: uma que tem relação com o atual Governo e outra que não tem. Objetivamente, trata-se de uma solicitação de natureza estritamente acadêmica e de grande relevância no tocante a essa nova conformação da pós-graduação brasileira: com sistema de cotas, com origem da escola pública, com alunos oriundos das classes populares do Brasil.

Evidentemente, há que se adaptar o sistema a essa nova realidade, sem perder qualidade — a graduação não perdeu, pois os cotistas têm demonstrado seu esforço em direção à excelência. A mesma coisa se dá com os mestrados no Brasil.

Eu gostaria de, encarecidamente, em nome do Parlamento brasileiro, fazer esse apelo. Nós entendemos o interesse evidente da vetorização em direção à excelência, à elevação do nível da cooperação técnico-científica internacional, inclusive em relação a Portugal. Acho que o Brasil tem colaborado até mais do que tem recebido colaboração. Acredito que nós deveríamos ir aos países lusófonos, em especial aos países africanos. O Timor Leste, falando de um país asiático, tem colaborado muito mais do que tem recebido. Então, por que, neste momento, não construímos esse diálogo de transição com os países lusófonos? Seria um diálogo de transição para este modelo que ampliou o acesso do alunado brasileiro ao aperfeiçoamento, à pós-graduação como um todo.

É evidente que a natureza de busca da internacionalização e de busca da elite do pensamento não tem um sinal de igualdade, em virtude da facilitação apenas para a elite econômica. Eu creio que nós precisamos saber diferenciar elite



econômica de elite intelectual. A elite intelectual não nasce necessariamente da elite econômica, não obstante isso nos tenha sido imposto no curso dos séculos, no nosso Brasil, um país que ficou 200 anos sem escola.

Então, eu gostaria muito de fazer esse apelo final e desejar essa saúde política entre os pós-graduandos e a CAPES.

Muito obrigada.

Agradeço aos palestrantes a excelente contribuição para esta audiência pública.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*